



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019274-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Maria Fernanda Piassi Pereira**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA propõe ação de procedimento ordinário, com pedido de rescisão de contrato c.c. cobrança, em face de **MARIA FERNANDA PIASSI PEREIRA**. Alega, em síntese, que em 12/02/2010 celebrou com a requerida contrato de prestação de serviços pelo prazo de 36 meses, referente à segurança monitorada e locação de alarmes, efetuando a devida instalação na residência da requerida. Ajustou-se o preço de R\$ 60,00, que seria modificado anualmente, bem como multa de 50% sobre as parcelas restantes em caso de rescisão antecipada. Contudo, narra que a requerida não honrou com os devidos pagamentos, razão pela qual a notificou e, posteriormente, houve a retirada dos equipamentos e a suspensão dos serviços. Pede o pagamento de R\$ 1.494,28.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 06/30.

A requerida, citada (fl. 68), deixou o prazo de defesa transcorrer *in albis* (fl. 69).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

O processo comporta julgamento antecipado da lide, como prevê o artigo 355, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.

Na espécie, conquanto regularmente citada (fl. 68), a requerida quedou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando aplicável, na hipótese dos autos, os efeitos da revelia.

A revelia faz presumir como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, na forma do artigo 344, do Código de Processo Civil.

O contrato foi assinado, é válido e a parte autora afirma haver prestado os serviços, tendo o direito, por isso, de receber os valores despendidos, em conformidade com o pactuado.

Demais disso, a autora está respaldada nos contratos firmados (fls. 21/25) e na notificação extrajudicial (fls. 26/30).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, era ônus da ré demonstrar o adimplemento pelos serviços prestados pela autora, do que não se desincumbiu.

Frise-se, ainda, por oportuno, que foi respeitada a prescrição quinquenal, nos termos do artigo 206, §5º, do Código Civil.

Por fim, cabe um adendo à planilha de cálculos de fl. 03. Impõe-se o expurgo dos honorários advocatícios e das custas, uma vez que decorrerão da sucumbência, cabendo ao juízo o arbitramento.

Não pode a requerida ser obrigada a ressarcir o valor gasto pela autora com a contratação de advogado de sua confiança para o ajuizamento da ação.

Nesse sentido:

" (...) À parte contrária, se vencida, cabe, tão-somente, carrear os ônus decorrentes da sucumbência. Não cabimento do ressarcimento. Consagração pelos artigos 389, 395 e 404 do Código Civil da regra do artigo 20 do Código de Processo Civil. Mesmo fenômeno, despesas da parte para fazer valer seu direito. Honorários sucumbenciais e contratuais decorrentes do mesmo fato. Obrigatoriedade dos sucumbenciais no processo civil e facultatividade dos contratuais. Autonomia de vontade. Negócio jurídico entre a parte e seu advogado. Liberalidade de uma parte que não pode obrigar a vencida. Impossibilidade de imposição ao vencido. Duplo ressarcimento dos serviços advocatícios inviável " (TJSP, Apelação nº 0000679-38.2015.8.26.0369, Rel. Des. Mauro Conti Machado, DJ: 15/12/15).

Os demais encargos são devidos pela incidência da força negociada dos contratos e pela autonomia de vontades, vinculando as partes aos termos pactuados.

Portanto, o valor devido é R\$ 1.087,69.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes, e condenar a requerida a pagar à autora a quantia de R\$ 1.087,69, com correção monetária a contar do ajuizamento pela tabela do TJ/SP, mais juros de mora de 1%, desde a citação.

Tendo em vista que a parte autora sucumbiu minimamente nos seus pedidos, arcará a ré com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (art. 85, §8º, do NCPC).

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 22 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**